

GRATUITO



FOLHA METROPOLITANA

Sempre perto de você
JOINVILLE E REGIÃO

*36ª Festilha terá shows nacionais com rock, pagode e música gospel. **PÁGINA 2***

*Medina anuncia Adriano de Souza como novo técnico para a temporada de 2026. **PÁGINA 16***

ARAQUARI CELEBRA 150 ANOS



FOTO: PREFEITURA DE ARAQUARI/DIVULGAÇÃO

Em entrevista, presidente da Fundação Cultural de Araquari, destaca as origens plurais do município e o sentido histórico da marca dos 150 anos.

PÁGINAS 4 E 5

BALANÇO PATRIMONIAL

ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ - 19.540.550/0001-21



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (EM MILHARES DE REAIS)

O Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição" ou "Asaas") apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

O Asaas é, essencialmente, uma empresa de tecnologia que oferece soluções financeiras para intermediação de cobranças e uma conta eletrônica de pagamento, desenvolvendo serviços financeiros para seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou empresas, automatizando a gestão de recebíveis de seus clientes. A Instituição tem como objetivo ajudar as pessoas e empresas a automatizarem seus processos financeiros e melhorar o relacionamento com os seus clientes. Reúne em um único lugar o envio e recebimento de cobranças, automação de comunicação por

diversos canais, além da gestão de recebíveis de maneira descomplicada.

Atualmente, a Instituição oferece a seus clientes os seguintes produtos e serviços:

- Emissão de cobranças por boleto bancário;
- Emissão de cobranças à vista e parceladas por cartão de crédito;
- Transferências e emissão de cobranças via PIX;
- Transferências bancárias para contas próprias e de terceiros;
- Transferências entre contas Asaas;
- Pagamento de contas;
- Cartão pré-pago (cartão de débito) e cartão pós-pago (cartão de crédito);
- Emissão e recebimento de valores via link de pagamento;
- API de integração com outros sistemas;
- Cobrança por e-mail, SMS e WhatsApp;
- Cobrança por robô de voz;
- Consulta e negativação em órgãos de proteção ao crédito;

- Emissão de nota fiscal; e
 - Antecipação de recebíveis: boleto e cartão de crédito.
- Como principais fatos ocorridos no exercício de 2025, destacamos que a Instituição manteve a geração de lucro ininterruptamente, alcançando um lucro líquido acumulado no ano de R\$26.800. As receitas financeiras apresentaram um crescimento de aproximadamente 120% e atingiram o montante de R\$ 172.816, em comparação aos R\$ 78.680 registrados no exercício de 2024.

Os resultados apresentados nesta demonstração financeira refletem o compromisso do Asaas com a eficiência operacional e a inovação contínua. Com um desempenho sólido ao longo deste período, reiteramos nossa confiança em nossa estratégia de negócio e o nosso foco em explorar nosso portfólio de produtos, fortalecer nosso posicionamento de marca e ampliar nossa atuação no mercado.

JOINVILLE, 6 DE MARÇO DE 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
ATIVO				PASSIVO			
Disponibilidades		3.279	2.977	Depósitos e demais instrumentos financeiros	11	1.108.295	716.885
Instrumentos financeiros		2.438.364	1.576.010	Depósitos		1.106.744	716.797
Títulos e valores mobiliários	5	1.039.962	946.892	Relações interfinanceiras		1.551	88
Relações interfinanceiras	6	1.000.362	539.728	Obrigações por empréstimos e repasses		-	66
Créditos vinculados ao Banco Central	6	346.809	66.202	Obrigações por transações de pagamento	12	946.808	500.931
Outros créditos	7	51.231	23.188	Outras obrigações	12	57.429	31.749
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(2.953)	(1.163)	Provisões para contingências	13	12.042	7.982
Ativos fiscais diferidos	21.b	3.463	7.159	Patrimônio líquido	14	377.165	350.365
Investimentos em participações em controladas	8	50.188	15.523	Capital social	14.a	409.168	409.168
Imobilizado de uso	9	7.980	4.894	Prejuízos acumulados	14.b	(32.003)	(58.803)
Intangível	10	1.418	2.578				
Total do Ativo		2.501.739	1.607.978	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.501.739	1.607.978

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2025		2024
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira		96.718	172.816	78.680
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.b	26.895	42.166	14.774
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.b	69.823	130.650	63.906
Despesas da intermediação financeira		(1.240)	(1.770)	(748)
Operações de empréstimos e repasses		-	-	(300)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.240)	(1.770)	(448)
Resultado bruto da intermediação financeira		95.478	171.046	77.932
Outras receitas / despesas operacionais		(84.240)	(134.240)	(59.627)
Receitas de prestação de serviços	15	208.927	371.832	251.872
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	16	(95.968)	(165.886)	(105.464)
Resultado de participações de controladas	8	7.563	5.563	(2.016)
Despesas de pessoal	17	(53.983)	(125.086)	(102.959)
Despesas administrativas	18	(65.355)	(109.995)	(66.284)
Despesas tributárias	19	(27.912)	(49.599)	(34.490)
Outras receitas operacionais	20	5.124	8.314	8.720
Outras despesas operacionais	20	(62.295)	(69.025)	(9.012)
Lucros/(prejuízos) na alienação de valores e bens		(341)	(358)	6
Resultado antes da tributação sobre o lucro		11.238	36.806	18.305
Imposto de renda e contribuição social		(9)	(10.006)	(8.175)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.384	(4.859)	(5.754)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.393)	(5.147)	(2.421)
Lucro do período		11.229	26.800	10.130
Lucro por Ação (em R\$)		0,26	0,61	0,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL

ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ - 19.540.550/0001-21



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro do período	11.229	26.800	10.130
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	11.229	26.800	10.130

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital Social		Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital Subscrito	Em aprovação pelo Bacen		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		96.607	27.561	(68.933)	55.235
Aumento de capital Social		27.561	257.439	-	285.000
Lucro do exercício		-	-	10.130	10.130
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14	124.168	285.000	(58.803)	350.365
Saldo em 30 de junho 2025	14	409.168	-	(43.232)	365.936
Aumento de capital social		-	-	-	-
Lucro do semestre		-	-	11.229	11.229
Saldo em 31 de dezembro 2025	14	409.168	-	(32.003)	377.165
Saldo em 31 de dezembro 2024	14	124.168	285.000	(58.803)	350.365
Aumento de capital social		285.000	(285.000)	-	-
Lucro do exercício		-	-	26.800	26.800
Saldo em 31 de dezembro 2025	14	409.168	-	(32.003)	377.165

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2025		2024
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro do exercício/período		11.229	26.800	10.130
Ajustes ao lucro líquido		(5.205)	8.991	14.036
Depreciação e amortização	9 / 10	1.291	2.551	2.115
Provisões para contingências	13	1.425	4.794	6.514
Impostos diferidos (PIS e COFINS)		(558)	2	1.770
Impostos diferidos (IRPJ e CSLL)		(1.384)	4.859	1.155
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	1.241	1.770	448
Resultado de participações em controladas	8	(8.252)	(6.253)	2.016
Perdas por redução ao valor recuperável	8	690	690	-
Perda na baixa/alienação de imobilizado	9	13	29	18
Perda na baixa/alienação de intangível	10	329	549	-
Variações nos ativos e passivos		(108.724)	279.341	(297.699)
(Aumento)/Redução em Ativos				
Aumento em relações interfinanceiras - ativo		(247.209)	(460.634)	(227.032)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(129.950)	(93.070)	(531.498)
Aumento redução em outros créditos		(12.711)	(28.024)	(7.783)
Aumento/(Redução) em Passivos				
Aumento em depósitos		53.161	389.947	261.302
Aumento em relações interfinanceiras - passivo		1.073	1.463	73
Aumento em obrigações por transações de pagamento		216.042	445.877	192.433
Aumento/(redução) em obrigações sociais e trabalhistas		(5.367)	5.556	3.297
Aumento/(redução) em obrigações tributárias		303	(110)	8.163
Aumento em outras obrigações		15.934	18.336	5.067
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		-	-	(1.721)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(102.700)	315.132	(273.533)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(31.703)	(34.157)	(17.674)
Aquisição/baixas de investimento	8	(29.102)	(29.102)	(14.993)
Aquisição de imobilizado	9	(2.529)	(4.939)	(1.662)
Aquisição de intangível	10	(72)	(116)	(1.019)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos		(31.703)	(34.157)	(17.674)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		-	(66)	280.027
(Pagamento) de empréstimos		-	(66)	(4.973)
Aumento de capital		-	-	285.000
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		-	(66)	280.027
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(134.403)	280.909	(11.180)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício/período		484.491	69.179	80.359
Caixa e Equivalentes de caixa no final do exercício/período		350.088	350.088	69.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

O Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição" ou "Asaas"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2014, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, situada na Avenida Rolf Wiest, nº 277, Bairro Bom Retiro. A Instituição atua como uma instituição de pagamento, sendo uma fintech que desenvolve serviços financeiros para seus clientes, sejam eles pessoas físicas ou pessoas jurídicas. Em 2021, foi publicada no Diário Oficial da União a sua autorização, pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para que a Instituição funcione como instituição de pagamento, nas modalidades de emissor de moeda eletrônica e emissor de instrumento de pagamento pós-pago. Os principais serviços financeiros providos pela Instituição são compostos por três categorias, conforme demonstrado abaixo:

Recebimento de cobranças

Categoria em que o principal produto da Instituição é o recebimento de cobranças por meio de boletos bancários, seguido de cobranças Pix, por cartão de crédito, depósitos e transferências.

Pagamento de valores

No pagamento de valores, o envio de dinheiro por meio do produto Pix é o principal produto gerador de receita, seguido da transferência bancária para terceiros, da venda do cartão pré-pago e do pagamento de títulos como boletos bancários, impostos e contas de consumo.

Antecipação de recebíveis

Refere-se à antecipação de recebíveis originados por boletos bancários e cartão de crédito por meio de parcerias com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), com o objetivo de viabilizar a expansão da oferta de crédito a seus clientes.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Instituição considerou o disposto na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações. Estas estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, respectivamente. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados e são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras foram autorizadas pela Administração em 6 de março de 2026.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a. Novas normas, alterações e interpretações

A Resolução BCB nº 352, de 30 de novembro de 2023, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e à designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma aborda temas direcionados pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, representando o início do processo de convergência das instituições de pagamento às normas e padrões internacionais, em especial ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incorporado no Brasil pelo CPC 48.

A resolução introduz conceitos fundamentais como:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: o instrumento financeiro deverá ser avaliado com base no modelo de negócio para o qual será gerido e as características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificado como:

- **Custo Amortizado:** Compreendem os títulos e valores mobiliários mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais e cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros (SPPJ) sobre o valor principal em aberto

- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Compreendem os títulos e valores mobiliários mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é tanto obter fluxos de caixa contratuais quanto vendê-los.

- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Compreendem os títulos que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, incluindo ativos mantidos para negociação. Definição de modelo de negócios: é definido com base na forma como a instituição gerencia, em conjunto, os grupos de ativos financeiros visando a geração de fluxos de caixa, seja por meio da manutenção contratual até o vencimento, da venda, ou da combinação de ambos, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual.

Características do fluxo de caixa contratual: os instrumentos financeiros classificados nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) devem apresentar fluxos de caixa contratuais compatíveis com o critério de "pagamentos exclusivamente de principal e juros". O que significa dizer que o contrato não pode conter características que exponham os ativos a riscos ou variações que não estejam relacionados ao valor do principal, valor do dinheiro no tempo ou ao risco de crédito básico.

O Asaas avaliou os impactos da norma sobre as demonstrações financeiras e concluiu que não houve impactos relevantes para a Instituição.

BALANÇO PATRIMONIAL

ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ - 19.540.550/0001-21



b. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou desembolso.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras. São classificados como equivalentes de caixa os recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

e. Instrumentos financeiros

(i) Títulos e valores mobiliários

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data da negociação, acrescido, quando aplicável, dos custos diretamente atribuíveis à transação. A classificação e mensuração seguem os critérios definidos na Resolução BCB nº 352/2023. A mensuração subsequente depende do modelo de negócios adotado pela Instituição para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários estão classificados como Custo Amortizado.

Os detalhes estão disponíveis na Nota 5.

(ii) Relações interfinanceiras

No ativo, os valores são representados pelos valores a receber de credenciadores (adquirentes) relativos a transações de pagamento e saldos mantidos em Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) e Conta de Pagamento Instantâneo.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento são os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Instituição por conta do processamento das transações de cartões de crédito realizadas na plataforma Asaas e outras plataformas de e-commerce, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis. No passivo, os saldos são representados por valores a repassar à Mastercard, decorrentes das transações realizadas em operações de cartão pós-pago.

f. Investimentos em participações em controladas

A Instituição controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Os investimentos em controladas são incluídos nas demonstrações financeiras da Instituição por meio do método de equivalência patrimonial a partir da data em que a Instituição obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

g. Imobilizado de uso

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado estão demonstradas a seguir:

Equipamentos de comunicação	5 anos
Equipamentos para processamento de dados	5 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóvel de terceiro	25 anos

h. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/2020 ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado. A Instituição reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança. O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de software foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos no aplicativo (software desenvolvido internamente), e respectivos custos despendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso/aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto/ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada e testados por impairment pelo menos, uma vez por ano. Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis com vida útil indefinida.

i. Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

O valor recuperável dos investimentos em coligadas, entidades controladas em conjunto, ativos de direito de uso, imobilizados, ágio por expectativa de rentabilidade futura e ativos intangíveis é avaliado anualmente ou quando existe indicativo de perda, conforme previsto no Pronunciamento

Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Os principais indicativos que podem impactar o valor recuperável são: decisões estratégicas definidas pela Administração, a descontinuidade de produtos ou mudanças no modelo de negócios, obsolescência tecnológica ou desuso de softwares e alterações significativas no ambiente macroeconômico ou nas projeções de desempenho futuro do Asaas.

j. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os valores são representados pelo montante a repassar para os clientes da Instituição, oriundos do recebimento de instrumentos de pagamentos pós-pagos emitidos pela Instituição em nome destes e que serão repassados a esses clientes líquidos da taxa de serviços.

k. Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração da Instituição acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente. As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios. São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como:

- **Provável:** são reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial;
- **Possível:** divulgados nas demonstrações contábeis, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e
- **Remoto:** não requerem provisão e nem divulgação.

O valor dos depósitos judiciais é ajustado de acordo com a legislação vigente.

Para as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, seguimos premissas de provisionamento, baseadas nos prazos de atraso de clientes em nossa carteira, devidamente previstos em políticas.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes são reconhecidos pelo valor estimado a ser pago ou recuperado das autoridades fiscais mensalmente, de acordo com a legislação tributária vigente. Na data de encerramento do período é realizado o cálculo de ajuste anual estabelecendo os valores oficiais para recolhimento/recuperação perante o fisco. O cálculo é baseado no lucro tributável do período.

Por fim, as alíquotas aplicáveis são 15% para IRPJ, somados com o adicional de 10% que é aplicável para o lucro que ultrapassar R\$20.000,00 por mês no período, e 9% para a CSLL. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre as bases contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às mesmas alíquotas apresentadas anteriormente e são aplicáveis ao período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas leis tributárias que estejam em vigor na data de encerramento do período. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para utilização das diferenças temporárias dedutíveis e dos prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL não utilizados. Já os passivos fiscais diferidos são reconhecidos na iminência de uma obrigação futura que incidirá nas operações da empresa.

Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, observados os limites e prazos estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a esses saldos, assim como para as diferenças temporárias, na medida em que a realização de lucros tributáveis futuros seja considerada provável. Por determinação do BACEN, conforme Ofício 32606/2022-BCB/Desuc expedido em 12 de dezembro de 2022, não serão mais contabilizados saldos de ativos fiscais diferidos até que se acumule 3 anos de lucro tributável dentro os últimos 5 nas operações da empresa. A única movimentação existente com os saldos diferidos ao longo deste período são as respectivas realizações devido ao uso de prejuízos fiscais acumulados em períodos anteriores, limitado a 30%.

m. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Instituição e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Instituição tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

n. Receita de prestação de serviços

A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a prestação do serviço é realizada e quando for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Instituição. Os serviços prestados pela Instituição se referem, principalmente, a recebimento de cobranças através de Pix, boletos bancários, cobranças por cartão de crédito, depósitos e transferências. Além desse serviço, a Instituição realiza pagamentos de valores, transferências bancárias para terceiros, venda dos cartões pré e pós-pagos e pagamentos de títulos como boletos bancários, impostos e contas de consumo. Para estes serviços a Instituição determina tarifas as quais são cobradas quando a transação financeira ocorre via instituição financeira e, conseqüentemente, a receita é reconhecida.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de rendimento de aplicações financeiras e descontos obtidos, que são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

p. Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas da Instituição consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social. A administração da Instituição considera como não recorrentes os resultados sem previsão de ocorrência nos 3 anos seguintes. No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, assim como em 2024, não foram apresentados resultados não recorrentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. CNPJ - 19.540.550/0001-21



4. Caixa e equivalentes de Caixa

	2025	2024
Créditos vinculados ao Banco Central (i)	346.809	66.202
Depósitos Bancários	2.559	2.857
Disponibilidades em moeda estrangeira	720	120
Total	350.088	69.179

(i) Os créditos vinculados ao Banco Central são representados por valores mantidos em Conta de Pagamento Instantâneo (Conta PI) no Banco Central do Brasil para fins de transferências de fundos no âmbito do SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneos) e Conta Correspondente de Moeda Eletrônica (CCME).

5. Títulos e valores mobiliários

a. Composição por classificação e vencimento

A Instituição apresenta, a seguir, a composição dos instrumentos financeiros por classificação e prazo de vencimento, em conformidade com a Resolução BCB 352/23, para os saldos apurados em 31/12/2025.

	2025						
	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Custo	Valor Justo	Valor por vencimento			Sem Vencimento
				Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Títulos ao Custo Amortizado							
Títulos Públicos							
Letra Financeira do Tesouro – LFT (i)	848.393	-	-	-	257.399	590.994	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B (ii)	94.721	-	-	-	15.223	79.498	-
Títulos Privados							
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (iii)	62.063	-	-	31.089	24.071	6.903	-
Títulos a Valor Justo no Resultado							
FIC FIDC (iv)	34.785	-	34.785	-	-	-	34.785
Total	1.039.962	-	34.785	31.089	296.693	677.395	34.785
	2024						
	Valor de Custo	Ajuste ao Valor de Custo	Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Sem Vencimento
Mantido até o vencimento							
LFT (i)	803.387	-	803.387	111.365	423.575	268.447	-
NTNB (ii)	76.380	-	76.380	-	-	76.380	-
CDB (iii)	41.976	-	41.976	17.745	15.566	8.665	-
Subtotal	921.743	-	921.743	129.110	439.141	353.492	-
Disponível para venda							
FIC FIDC (iv)	25.149	-	25.149	-	-	-	25.149
Subtotal	25.149	-	25.149	-	-	-	25.149
Total	946.892	-	946.892	129.110	439.141	353.492	25.149

(i) Os saldos se referem a Letras Financeiras do Tesouro ("LFTs"), são remuneradas à taxa Selic, com vencimento final até setembro de 2028 e foram contabilizadas pelo valor de custo. Do valor aplicado, R\$ 782.262 (R\$ 673.148, em 31 de dezembro de 2024) são requeridos para instituições de pagamento, autorizadas a operar pelo BACEN, como garantia aos saldos das contas de pré-pagamento, juntamente com os das contas correspondentes de moeda eletrônica – CCME (nota 6).

(ii) Os saldos se referem a Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B"), são remuneradas à taxa IPCA, com vencimento final até agosto de 2028.

(iii) Os saldos se referem aos Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), são indexados à Taxa DI, com vencimento final até novembro de 2029.

(iv) Se referem à cotas do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIC FIDC). O FIC FIDC tem por objetivo buscar retorno ao seu cotista através de investimento em outros fundos de investimentos em direitos creditórios. O FIC possui 99,46% investido em cotas de fundo de investimentos.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	Taxa	2025		2024
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Títulos Públicos				
Letra Financeira do Tesouro – LFT (i)	SELIC - 100%	56.845	104.748	53.187
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B (ii)	IPCA + 6,79%	4.396	9.200	1.796
Títulos Privados				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	DI - 100%	4.150	7.064	921
FIC FIDC		4.432	9.638	8.002
Total		69.823	130.650	63.906

6. Relações Interfinanceiras

a. Composição por classificação e vencimento

	2025	2024
Transações de pagamento (i)	1.000.362	539.728
Créditos vinculados	346.809	66.202
CCME	161.000	-
Conta de Pagamento Instantâneo - Pix	185.809	66.202
Total	1.347.171	605.930
Circulante	1.347.171	605.930

(i) Os valores são relacionados aos recebíveis de adquirentes originados de transações com cartão de crédito realizados por meio da plataforma do Asaas, nos montantes de R\$ 437.587 junto à Rede (R\$ 319.039 em 31 de dezembro de 2024), R\$ 234.277 junto à Cielo S.A. (R\$ 372 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 328.498 junto à Adyen Ltda (R\$ 220.317 em 31 de dezembro de 2024).

b. Resultado com relações interfinanceiras

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Créditos vinculados			
CCME	25.982	40.892	13.403
Conta de Pagamento Instantâneo - PIX	913	1.274	1.371
Total	26.895	42.166	14.774

7. Outros créditos e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2025	2024
Tributos a recuperar (i)	28.090	15.026
Depósitos em garantia	7.161	913
Rendas a receber	6.590	3.646
Adiantamento a fornecedor	4.888	2.076
Despesas antecipadas	2.823	698
Outros	1.679	829
(-) Provisões para perdas (ii)	(2.953)	(1.163)
Total	48.278	22.025
Circulante	48.278	22.025

(i) O saldo de impostos e créditos tributários é composto substancialmente por ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL, originados de diferenças temporárias e bases negativas, cuja realização está atrelada à projeção de lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, o grupo contempla créditos de PIS e COFINS a recuperar decorrentes das operações da entidade, bem como retenções de IRRF sobre aplicações financeiras (abrangendo títulos públicos, CDBs e aplicações automáticas).

(ii) A origem dos saldos usados como base para provisão de perdas, está relacionada aos estornos de transações que foram antecipadas, nas quais os clientes não possuem saldo suficiente em conta para transação. A Instituição observa e segue

8. Investimentos

Empresa investida	Investimentos em participações em controladas				
	2024	Aquisição de invest./ Aumento de capital	Baixas/perdas por redução ao valor recuperável	Equivalência Patrimonial	2025
Code Money Ltda.	690	-	(690)	-	-
Asaas SCFI S.A.	1.136	9.005	-	135	10.276
Asaas Tecnologia Ltda.	13.697	-	(381)	8.291	21.607
Mutuus Corretora de Seguros Ltda.	-	20.097	-	(1.792)	18.305
Total	15.523	29.102	(1.071)	6.634	50.188

Code Money

Em 2025, a Administração decidiu pela descontinuidade do produto Asaas Money, como parte de sua estratégia com foco em iniciativas de longo prazo. Em decorrência dessa decisão, foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos relacionados (impairment), conforme CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o que resultou na baixa integral do ágio por expectativa rentabilidade futura anteriormente reconhecido, bem como do ativo intangível relacionado a ele, no montante de R\$ 690, em função da ausência de benefícios econômicos futuros esperados.

Asaas SCFI

Em 4 de outubro de 2022, o Banco Central do Brasil concedeu autorização para funcionamento do Asaas Sociedade de Crédito Direto S.A ("SCD"). Em dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil concedeu autorização para a alteração do enquadramento da instituição para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("SCFI"). O Asaas SCFI é investida direta do Asaas IP e possui capital social integralizado no montante de R\$10.005, dos quais R\$9.005 referem-se ao aumento de capital realizado em 2025. No exercício findo em dezembro de 2025, a SCFI apresentou lucro de R\$135.

Asaas Tecnologia

Em 15 de março de 2024, a Instituição realizou a aquisição da Nex Invoice Automação de Documentos Ltda. ("Nex"), uma startup de automação de contas a pagar. A aquisição dessa participação gerou um montante total de ágio de R\$ 11.965. Em 2025, a razão social da instituição passou a ser Asaas Tecnologia e a instituição passou a concentrar o serviço de tecnologia do grupo Asaas, oferecendo a prestação de serviços de desenvolvimento, suporte técnico e manutenção.

No exercício findo em dezembro de 2025, a investida Asaas Tecnologia apresentou lucro líquido de R\$8.289. No mesmo período, foi reconhecida amortização no montante de R\$381, correspondente aos ativos intangíveis identificados na aquisição, incluindo software, relacionamento com clientes (customer relationship) e ao acordo de não competição (non-compete).

Mutuus Corretora de Seguros LTDA

Em novembro de 2025, o Instituição concluiu a aquisição da Mutuus, corretora digital especializada em seguros corporativos, com foco em atendimento a pequenas e médias empresas. Após a aquisição, no montante de R\$10.205, foram realizados aportes iniciais no montante de R\$9.892. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa registrou prejuízo de R\$ 1.792. O processo de identificação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos encontra-se em andamento e será concluído dentro do prazo previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios.

BALANÇO PATRIMONIAL

ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ - 19.540.550/0001-21



9. Imobilizado de Uso

	2024	Adições	Depreciações	Baixas	2025
Móveis e utensílios	605	16	(99)	-	522
Equipamentos para processamento de dados	2.912	4.861	(1.636)	(29)	6.108
Equipamentos de comunicação	24	26	(13)	-	37
Máquinas, aparelhos e equipamentos	164	33	(21)	-	176
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.189	3	(55)	-	1.137
Total	4.894	4.939	(1.824)	(29)	7.980

10. Intangível

	2024	Adições	Amortizações	Baixas	2025
Softwares adquiridos	467	-	(245)	-	222
Softwares gerados internamente	2.077	116	(482)	(549)	1.162
Marcas	34	-	-	-	34
Total	2.578	116	(727)	(549)	1.418

No primeiro semestre de 2025, foi realizada a baixa contábil no montante de R\$ 220 referente aos projetos de desenvolvimento diretamente relacionados ao produto Asaas Money, descontinuado em função da ausência de benefícios futuros.

11. Depósitos e demais instrumentos financeiros

Referem-se a valores recebidos e originários de cobranças emitidas em nome dos clientes do Asaas. Os valores são recebidos na conta bancária do Asaas e creditados no passivo. Os valores são repassados aos clientes, líquidos de taxas de serviço.

	2025	2024
Depósitos - saldos de conta pré-paga (i)	1.106.744	716.797
Relações interfinanceiras	1.551	88
Total	1.108.295	716.885

(i) Os depósitos da conta de pagamento pré-paga são vinculados aos recursos aplicados em títulos públicos (nota 5), conforme requerimento da Circular no 3.681 do BACEN, e estes recursos aplicados possuem liquidez diária e são, majoritariamente, remunerados por 100% do CDI. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, classificados no passivo circulante.

12. Outras Obrigações

	2025	2024
Obrigações por transações de pagamento (i)	946.808	500.931
Outras Obrigações		
Obrigações sociais e trabalhistas	16.645	11.089
Obrigações tributárias	6.553	13.032
Credores diversos - País	26.697	7.628
Obrigações tributárias - diferido	7.534	-
Total de Outras Obrigações	57.429	31.749
Circulante	999.470	531.691
Não circulante	4.767	989

(i) O saldo é composto, substancialmente, por recebíveis de transações de cartão de crédito processadas na plataforma Asaas, pendentes de liquidação financeira por parte das adquirentes (Rede, Adyen e Cielo). O montante inclui, ainda, R\$12.000 referentes a adiantamento de incentivos contratuais (Sign-On Bonus) concedido pela bandeira Mastercard.

13. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição possuía processos de natureza cível e trabalhista com chance de perda avaliada pelos assessores jurídicos como "possível" no valor de R\$ 11.034 (R\$4.703, em 31 de dezembro de 2024). Para as causas avaliadas com risco de perda "provável", a Administração considera a provisão para contingências no valor de R\$ 12.042 (R\$7.903, em 31 de dezembro de 2024) para as causas de natureza cível que representa a melhor estimativa de perda para os processos.

	2025	2024
Saldo inicial	7.982	1.468
Constituições	9.104	7.999
Reversões	(5.044)	(1.485)
Saldo final	12.042	7.982

14. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da instituição totalizou R\$409.168 (R\$ 124.168 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), representado por 43.940.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 25 de outubro de 2024, a Instituição recebeu aumento de capital no montante de R\$285.000, mediante emissão de 4.820.703 novas ações, oriundas de seu controlador. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 18 de março de 2025.

b. Prejuízos acumulados

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição apresentou um lucro de R\$26.800, reduzindo o prejuízo acumulado para R\$32.003 (R\$58.803 em 31 de dezembro de 2024).

15. Receitas de Prestação de Serviços

Foram reconhecidos os montantes de R\$ 371.832 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a título de receitas de prestação de serviços (R\$ 251.872 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Para todos os serviços mencionados há cobrança de determinadas tarifas que são cobradas no momento que a transação financeira ocorre, ocasião na qual a receita é reconhecida. Os serviços prestados pela Instituição são exclusivamente no mercado nacional e tem como origem os serviços de recebimento de cobranças através de boletos bancários, cobranças por cartões de crédito, depósitos e transferências. Ainda, há serviços de transferências bancárias, recebimentos via Pix, pagamento de contas, vendas de cartões pré-pagos, recarga no cartão pré-pago e emissão de nota fiscal.

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas de prestação de serviços	208.927	371.832	251.872

16. Despesas com serviços associados à transação de pagamento

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	(95.968)	(165.886)	(105.464)

As despesas com serviços associados à transação de pagamento compreendem custos relativos à operação com cartão de crédito e débito, emissão de cobranças, integração de APIs e antecipação de recebíveis.

17. Despesa de pessoal

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal			
Proventos	(23.863)	(67.140)	(59.560)
Encargos sociais	(8.525)	(23.049)	(20.591)
Benefícios	(20.687)	(33.055)	(22.046)
Outras despesas de pessoal	(908)	(1.842)	(762)
Total	(53.983)	(125.086)	(102.959)

18. Despesas administrativas

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas Administrativas			
Propaganda e publicidade	(37.393)	(61.060)	(37.221)
Serviços de processamento de dados	(8.739)	(15.513)	(10.134)
Infraestrutura operacional	(6.059)	(10.554)	(6.162)
Aluguéis	(948)	(1.878)	(1.998)
Despesas de serviços técnicos	(5.245)	(7.532)	(2.900)
Depreciação e amortização	(1.167)	(2.346)	(1.956)
Despesas indedutíveis	(699)	(1.687)	(1.028)
Outras despesas administrativas	(5.105)	(9.425)	(4.885)
Total	(65.355)	(109.995)	(66.284)

19. Despesas tributárias

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas tributárias			
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(3.503)	(6.264)	(4.310)
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	-	-	(3)
Despesa com IOF	(242)	(408)	(1.375)
Programa de integração social (PIS)	(4.137)	(7.349)	(4.951)
Contribuição para o financiamento (COFINS)	(20.030)	(35.578)	(23.851)
Total	(27.912)	(49.599)	(34.490)

20. Outras receitas e despesas operacionais

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Outras receitas operacionais			
Reversão de provisão para contingências	139	139	-
Apropriação de saldos	1.910	3.186	4.545
Comissões	765	1.837	2.026
Outras receitas	2.310	3.152	2.149
Total	5.124	8.314	8.720
Outras despesas operacionais			
Operação Intercompany - Asaas Tecnologia (i)	(57.826)	(59.060)	-
Provisão para contingências	(1.565)	(4.934)	(6.514)
Descontos concedidos	(734)	(1.397)	(1.448)
Despesa bancárias diversas	(122)	(272)	(203)
Perdas transacionais	(78)	(455)	79
Outras despesas	(1.970)	(2.907)	(926)
Total	(62.295)	(69.025)	(9.012)

(i) Referente à prestação de serviços de desenvolvimento, tecnologia e suporte.

BALANÇO PATRIMONIAL**ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**
CNPJ - 19.540.550/0001-21**21. Tributos****a. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social e o lucro antes dos tributos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	36.806	18.305
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	12.171	6.226
Adições/exclusões	(2.189)	(3.012)
Efeito de participação em controladas	(1.936)	613
Outros	(479)	(251)
Imposto de renda e contribuição social	7.567	3.576
Imposto de renda e contribuição social devidos	7.567	3.576
Tributos diferidos	(2.420)	(1.155)
Imposto de renda e contribuição social	5.147	2.421

b. Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos

O quadro a seguir apresenta a composição dos ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos da entidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como a movimentação ocorrida no período base:

	2024	Constituição	Realização	2025
Prejuízos Fiscais	7.159	5.809	(3.389)	9.579
Contingências Cíveis	-	1.725	(47)	1.678
Provisão PECLD	-	572	-	572
Provisão PPR	-	1.560	-	1.560
Provisão PPR Estatutários	-	1.296	-	1.296
Ativos fiscais diferidos	7.159	10.962	(3.436)	14.685
Aplicações Financeiras Não Resgatadas	4.598	41.144	(39.980)	5.762
Passivos fiscais diferidos	4.598	41.144	(39.980)	5.762

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre as bases contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais. Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados às mesmas alíquotas apresentadas anteriormente e são aplicáveis ao período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas leis tributárias que estejam em vigor na data de encerramento do período. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível para utilização das diferenças temporárias dedutíveis e dos prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL não utilizados. Já os passivos fiscais diferidos são reconhecidos na iminência de uma obrigação futura que incidirá nas operações da empresa. Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, observados os limites e prazos estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a esses saldos, assim como para as diferenças temporárias, na medida em que a realização de lucros tributáveis futuros seja considerada provável. Por determinação do BACEN, conforme Ofício 32606/2022-BCB/Desuc expedido em 12 de dezembro de 2022, não serão mais contabilizados saldos de ativos fiscais diferidos até que se acumule 3 anos de lucro tributável dentre os últimos 5 nas operações da empresa. A única movimentação existente com os saldos diferidos ao longo deste período são as respectivas realizações devido ao uso de prejuízos fiscais acumulados em períodos anteriores, limitado a 30%. O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro abaixo contabilizado em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$4.076 milhões, foi constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

Período	IRPJ	CSLL	Total
2026	2.213	796	3.009
Total	2.213	796	3.009

A realização do ativo fiscal diferido está baseada em estudo técnico preparado pela Administração, prevendo a geração de resultados tributáveis dentro dos próximos 10 exercícios. Tais projeções baseiam-se em premissas gerenciais confiáveis, foi fundamentado em premissas factíveis e está coerente com outras informações contábeis, financeiras, gerenciais e orçamentárias, levando em consideração comportamento por safras históricas, tendências de mercado, indicadores macroeconômicos e estratégias da Instituição. O valor presente dos ativos fiscais diferidos é de R\$3.009 milhões, considerando a taxa de 16,4% ao ano. Em 12 de agosto de 2022, submetemos ao BACEN a documentação com estudo técnico, requisitando a aprovação dos créditos tributários registrados até aquela presente data. Em 12 de dezembro de 2022, através do Ofício 32606/202, o Banco Central do Brasil aprovou os créditos tributários registrados no balanço do Asaas até o exercício de 2021, sendo solicitada a baixa referente ao montante de R\$2.097, ativados no primeiro semestre de 2022. Desde então, a companhia segue sem registrar novos saldos de crédito tributário.

22. Patrimônio de Referência e Gerenciamento de Riscos

O Patrimônio de Referência representa a base de capital mantida pela instituição para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, assegurando a solidez financeira e a continuidade operacional. No âmbito regulatório brasileiro, o Banco Central do Brasil estabelece requisitos mínimos de capital e diretrizes para o gerenciamento de riscos, de forma a garantir que as instituições mantenham estrutura compatível com a natureza, porte, complexidade e perfil de risco de suas operações. Conforme estabelecido na resolução CMN n° 4.958/2021, a Instituição deve manter um patrimônio de referência (PR) mínimo de 10,5% com relação ao risco de sua atividade, representado pela soma dos riscos de crédito, mercado, operacional e de liquidez. A apuração é calculada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Patrimônio de Referência total	373.352	56.491
Capital Social	409.169	124.168
Ajustes Prudenciais	(4.882)	(71.709)
Resultado do período	(30.935)	4.032
Ativos ponderados por risco (RWA)	559.720	336.715
Risco de crédito (RWAcpad)	140.173	42.573
Risco de mercado (RWAmpad)	1.979	333
Risco operacional (RWAopad)	66.113	71.740
Risco de sistema de pagamento (RWAsp)	351.455	222.069
Patrimônio de Referência (PR)/Capital Mínimo Requerido (CMR)	66,70%	16,78%

O Conselho de Administração da Instituição tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Instituição e é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Instituição. O gerenciamento de riscos compreende a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos aos quais a instituição está exposta, incluindo, entre outros, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, quando aplicável. Esse processo visa preservar a estabilidade financeira da instituição, proteger clientes e usuários do sistema de pagamentos e assegurar o cumprimento das normas vigentes. A Instituição possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perda associada ao não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações previstas em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, bem como a desvalorização do contrato decorrente da deterioração na classificação do risco da contraparte. No Asaas, o gerenciamento do risco de crédito dos títulos e valores mobiliários contempla processos de:

- Identificação: considera notas de riscos dos emissores, características do indexador, prazo de vencimento e periodicidade de revisão das notas de risco;
- Mensuração: avaliação através de metodologia interna baseada na avaliação do emissor pelas principais agências de rating e nas características de emissão;
- Avaliação: consolidação das notas obtidas na mensuração e atribuição de pesos. A classificação final do risco do ativo segue escala interna, segmentada em: Risco Muito Baixo, Risco Baixo, Risco Moderado e Risco Alto;
- Reporte: é a adequada visibilidade das informações relacionadas ao risco de crédito dos títulos e valores mobiliários;
- Controle: acompanhamento dos procedimentos e das políticas documentadas, assegurando conformidade das ações; e
- Mitigação: ocorre por meio da gestão ativa da carteira de ativos bancários, que inclui a simulação prévia da classificação de riscos antes da aquisição de novos ativos, reavaliação contínua dos ativos já encarteirados, e estabelecimento de limites internos para exposição a emissores, evitando concentração excessiva e garantindo diversificação adequada.

A Instituição detém disponibilidades e títulos e valores mobiliários no montante de R\$1.043.241 em 31 de dezembro de 2025 (R\$949.869, em 31 de dezembro de 2024). A Instituição tem procedimentos definidos de investimentos financeiros, que determinam em quais instituições e qual o valor máximo de aplicação pode ser realizado por instituição.

A instituição considera que seus ativos financeiros têm baixo risco de crédito, devido à quase sua totalidade ser vinculados a títulos de dívida pública federal e os demais por se tratarem de CDBs de instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Instituição irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Instituição na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Instituição. A Instituição busca manter o nível de seus ativos financeiros em um montante suficiente para as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Instituição monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a valores a repassar e outras contas a pagar.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros, irão afetar os ganhos da Instituição ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de capital

A gestão de capital visa assegurar que a Instituição mantenha Patrimônio de Referência (PR) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme as normas do Banco Central do Brasil. São realizados testes de estresse considerando variações no resultado líquido e nos ativos ponderados pelo risco (RWA), garantindo a resiliência operacional diante de eventos inesperados.

Hierarquia do Valor Justo

O pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN n 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, no qual define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

- Nível I:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
 - Nível II:** Inputs incluídos no nível I que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços); e
 - Nível III:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os títulos públicos do Asaas atualmente estão definidos como Nível I e os demais instrumentos como Nível

II.

23. Transações com partes relacionadas

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)		
	2025	2024	2º semestre		Exercício
	2025	2024	2025	2024	2024
Controladora					
Asaas LLC (i)	-	58	-	-	-
Controladas					
Asaas SCD (ii)	14	14	-	-	-
Asaas Tecnologia (iii)	-	-	(59.059)	-	-
Total	14	72	(59.059)	-	-

(i) O saldo ativo se refere a repasses para pagamento de despesas de serviço técnico especializado.

(ii) O saldo ativo se refere a repasses para pagamento de despesas de naturezas diversas.

(iii) Prestação de serviços referente aos serviços de desenvolvimento, tecnologia e suporte.

Remuneração da Administração

O pessoal-chave da administração inclui todos os administradores da Instituição. A remuneração ao pessoal-chave da administração por serviços prestados foi de R\$8.467 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e R\$5.933 no mesmo período de 2024.

24. Eventos subsequentes

Entre a data de encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2025 até a data da autorização para a publicação das demonstrações financeiras, não houve nenhum evento que pudesse ter impacto contábil e financeiro

BALANÇO PATRIMONIALASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
CNPJ - 19.540.550/0001-21**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS**
ASAAS GESTÃO FINANCEIRA INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A.**OPINIÃO**

Examinamos as demonstrações financeiras do Asaas Gestão Financeira Instituição de Pagamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e exe-

cutamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

São Paulo, 6 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Daniel Naves Martelletto
Contador CRC 1MG105346/O-2**ASAAS SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM MILHARES DE REAIS)**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
(EM MILHARES DE REAIS)

Atendendo às disposições legais e às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), o Asaas Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição" ou "Asaas SCFI") apresenta as suas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Originalmente constituída em dezembro de 2022 como Sociedade de Crédito Direto (SCD), a Instituição nasceu com o propósito estratégico de viabilizar a antecipação de recebíveis e fomentar a bancarização através de operações

de crédito. Durante os exercícios de 2023 e 2024, o foco esteve na estruturação de controles internos, compliance e preparação sistêmica para suportar o crescimento escalável da carteira.

O exercício de 2025 consolidou a robustez operacional da Companhia. No primeiro semestre, observouse um crescimento expressivo no volume transacionado, impulsionado pela expansão da base de cartões Asaas Mastercard. No segundo semestre, confirmando as expectativas da Administração, houve a continuidade da aceleração deste ritmo, com expansão adicional da carteira de crédito e aumento da recorrência de uso do rotativo pelos clientes.

O grande destaque do período ocorreu em dezembro de 2025, quando o Banco Central do Brasil homologou a alte-

ração da natureza jurídica da Instituição, que evoluiu de Sociedade de Crédito Direto (SCD) para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI).

Esta autorização regulatória representa um marco institucional que amplia significativamente o escopo de atuação do Asaas SCFI. A nova licença permite à Instituição diversificar suas fontes de funding (captação de recursos), estruturar novos produtos de investimento e oferecer modalidades de crédito mais complexas, reforçando o ecossistema de soluções financeiras para Pequenas e Médias Empresas (PMEs). A transformação para SCFI posiciona a Companhia em um novo patamar de competitividade e solidez no Sistema Financeiro Nacional.

JOINVILLE, 6 DE MARÇO DE 2026.
A DIRETORIA**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
ATIVO				PASSIVO			
Disponibilidades		1	3	Outras obrigações	8	133	18
Instrumentos financeiros		10.409	1.152				
Títulos e valores mobiliários	5. a	10.028	1.104				
Operações de crédito	6	339	14	Patrimônio Líquido		10.277	1.137
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6	(121)	(5)	Capital social	9	10.005	1.000
Outros créditos	7	163	39	Reserva de lucros		272	137
Total do Ativo		10.410	1.155	Total do Passivo e PL		10.410	1.155

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL**ASAAS SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**
CNPJ - 48.786.608/0001-10**Demonstração do Resultado****Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)**

	Nota	2025		2024
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira		567	632	121
Resultado com títulos e valores mobiliários	5, b	478	540	116
Resultado com operações de crédito	6	89	92	5
Despesas da intermediação financeira		(106)	(114)	(5)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(106)	(114)	(5)
Resultado bruto da intermediação financeira		461	518	116
Outras despesas operacionais		(59)	(278)	(25)
Despesas administrativas	10	(22)	(237)	(24)
Despesas tributárias		(30)	(34)	(1)
Outras despesas operacionais		(7)	(7)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		402	240	91
Imposto de renda e contribuição social		(105)	(105)	(23)
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(35)	(35)	(23)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(70)	(70)	-
Lucro do período		297	135	68
Lucro por Ação (em R\$)		0,03	0,01	0,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes**Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)**

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro do período	297	135	68
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	297	135	68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido**Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)**

	Nota	Capital Subscrito	Reservas		Lucros/(prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva de Lucro	Reserva Legal		
Saldo em 31 de dezembro 2023		1.000	65	4	-	1.069
Lucro do exercício		-	-	-	68	68
Constituição de reservas		-	65	3	(68)	-
Saldo em 31 de dezembro 2024		1.000	130	7	-	1.137
Saldo em 30 de junho 2025		1.000	-	-	(25)	975
Aumento de capital Social	9.005	-	-	-	-	9.005
Lucro do semestre		-	-	-	297	297
Constituição de reservas		-	258	14	(272)	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	9	10.005	258	14	-	10.277
Saldo em 31 de dezembro 2024		1.000	130	7	-	1.137
Aumento de capital Social	9.005	-	-	-	-	9.005
Absorção de reservas de lucros		-	(130)	(7)	137	-
Lucro do exercício		-	-	-	135	135
Constituição de reservas		-	258	14	(272)	-
Saldo em 31 de dezembro 2025		10.005	258	14	-	10.277

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto**Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)**

	Nota	2025		2024
		2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro do período		297	135	68
Ajustes para conciliar o resultado		193	204	5
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		106	114	5
Impostos diferidos (PIS e COFINS)		17	20	-
Impostos diferidos (IR e CSLL)		70	70	-
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Redução em Ativos		(9.735)	(9.735)	(29)
Aumento em títulos e valores mobiliários	5	(9.331)	(9.331)	-
Aumento em operações de crédito	6	(317)	(325)	(14)
Aumento em outros créditos	7	(115)	(122)	(17)
Aumento/(Redução) em Passivos		3	3	23
Aumento em credores diversos	8	3	3	23
Aumento em obrigações tributárias		27	24	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(2)	(2)	(21)
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais		(9.245)	(9.414)	44
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento		9.005	9.005	-
Aumento de Capital		9.005	9.005	-
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(240)	(409)	44
Caixa e Equivalentes de caixa no início do período		938	1.107	1.063
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período		698	698	1.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Asaas Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição" ou "Asaas SCFI"), com sede em Joinville, Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral do Asaas Instituição de Pagamento S.A. Constituída originalmente em 01 de dezembro de 2022 sob o rito de Sociedade de Crédito Direto (SCD), a Instituição obteve autorização do Banco Central do Brasil em 24 de dezembro de 2025 para a sua conversão em Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI).

Em decorrência de sua nova classificação regulatória, o Asaas SCFI está autorizado a realizar um espectro ampliado de operações financeiras, visando o financiamento de bens, serviços e capital de giro, bem como a intermediação de recursos no mercado financeiro. Seu objeto social compreende: a operação de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica; a prestação de serviços de análise de crédito para terceiros e de cobrança de créditos de terceiros; a atuação como representante de seguros na distribuição de seguros, relacionado com as operações de empréstimo e financiamento; a captação de recursos mediante a emissão e comercialização de títulos e valores mobiliários (tais como Recibos de Depósito Bancário (RDB) e Letras Financeiras) para o fomento de suas atividades.

Atualmente, a principal linha de negócio da Instituição concentra-se na aquisição de direitos creditórios originados exclusivamente por sua controladora, o Asaas Instituição de Pagamento S.A. A cessão de recebíveis transfere ao Asaas Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. os riscos e benefícios da operação e gera à Instituição receita decorrente de cobrança de juros na modalidade rotativo.

Cabe destacar, como evento relevante iniciado no exercício anterior, a parceria estratégica firmada entre sua controladora e a Mastercard Inc. Este movimento, aliado às novas prerrogativas operacionais como SCFI, permite à Instituição projetar uma expansão expressiva de sua base de clientes e a diversificação de seu portfólio de produtos de crédito para os próximos exercícios, consolidando sua presença no ecossistema financeiro nacional.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Instituição considerou o disposto na Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 e Resolução BCB nº 367, de 25 de janeiro de 2024.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas, com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas pela administração em 6 de março de 2026.

3. Resumo das principais políticas contábeis**a. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais. O Real é a moeda funcional da Instituição.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentam risco insignificante de mudança de valor, sendo mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Instituição.

c. Instrumentos financeiros

A Resolução BCB nº 352, de 30 de novembro de 2023, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e à designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A norma aborda temas direcionados pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, representando o início do processo de convergência das instituições de pagamento às normas e padrões internacionais, em especial ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incorporado no Brasil pelo CPC 48.

A Resolução introduz conceitos fundamentais como:

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: o instrumento financeiro deverá ser avaliado com base no modelo de negócio para o qual será gerido e as características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificado como:

• **Custo Amortizado:** Compreendem os títulos e valores mobiliários mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais e cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros (SPPJ) sobre o valor principal em aberto

• **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Compreendem os títulos e valores mobiliários mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é tanto obter fluxos de caixa contratuais quanto vendê-los.

• **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Compreendem os títulos que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, incluindo ativos mantidos para negociação.

Definição de modelo de negócios: é definido com base na forma como a instituição gerencia, em conjunto, os grupos de ativos financeiros visando a geração de fluxos de caixa, seja por meio da manutenção contratual até o vencimento, da venda, ou da combinação de ambos, não dependendo da intenção da administração em relação a um instrumento individual.

Características do fluxo de caixa contratual: os instrumentos financeiros classificados nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) devem apresentar fluxos de caixa contratuais compatíveis com o critério de "pagamentos exclusivamente de principal e juros". O que significa dizer que o contrato não pode conter características que exponham os ativos a riscos ou variações que não estejam relacionados ao valor do principal, valor do dinheiro no tempo ou ao risco de crédito básico.

d. Operação de crédito

As operações de crédito são originadas pela aquisição dos saldos dos instrumentos de pagamento pós-pagos não pagos pelos clientes portadores dos cartões na data do vencimento, em sua totalidade. A cessão do recebível transfere ao Asaas SCFI os riscos e benefícios da operação Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a carteira de operação de crédito do Asaas SCFI se concentra na Carteira C5, de acordo com a Resolução BCB 352, de 30 de novembro de 2023, a qual é destinada às operações de crédito pessoal, com ou sem consignado, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido em outras hipóteses e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais. O Asaas SCFI adotou a Metodologia Simplificada para avaliação, apuração e constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Dessa forma, o nível de provisão da carteira de operação de crédito corresponderá ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos no Anexo I e II da Resolução BCB 352/23, observados os períodos de atraso e o tipo de carteira. Com base na Resolução CMN 4.966/2021,

BALANÇO PATRIMONIAL

ASAAS SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. CNPJ - 48.786.608/0001-10



um ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático" quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver indicativos de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas. Para o Asaas SCFI, um ativo financeiro será considerado ativo problemático quando apresentar isoladamente ou em conjunto as seguintes condições:

- I. Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos;
- II. Contraparte com classificação de risco "E" atribuída por controles internos, mesmo na ausência de inadimplência formal.

A descaracterização de um ativo problemático depende do cumprimento conjunto dos critérios abaixo:

- I. Liquidação integral do contrato inadimplente, ou ter pago, no mínimo, 6 (seis) parcelas consecutivas de um mesmo contrato, original ou renegociado, e;
- II. Classificação de risco cliente superior a "E" atribuído pelos controles internos, indicando melhora técnica na capacidade de pagamento.

e. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para Imposto de Renda Pessoa Jurídica e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa com impostos correntes é o montante do Imposto de Renda e da Contribuição Social a recuperar ou a pagar, sem considerar as antecipações com retenções de fontes pagadoras do exercício, relacionada ao resultado tributável do período.

f. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Instituição e seu valor de custo ou valor recuperável puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Instituição tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025		2024	
	Exercício	Exercício	Exercício	Exercício
Depósitos Bancários		1		3
Certificado de Depósito Bancário (i)		697		1.104
Total		698		1.107

(i) Refere-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB), com cláusula de resgate imediato (liquidez diária) e vencimento original inferior a 90 dias, ou que, embora com vencimento final superior, apresentam insignificante risco de mudança de valor e disponibilidade imediata para honrar compromissos de curto prazo.

5. Instrumentos financeiros

a. Composição por classificação e vencimento

	2025					
	Valor de custo	Ajuste ao valor de custo	Valor justo	Valor por vencimento		
				Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Títulos ao Custo Amortizado						
Títulos Públicos		-	-			
Letra Financeira do Tesouro - LFT	9.331	-	-	-	9.331	-
Títulos Privados		-	-			
Certificado de Depósito Bancário (i)	697	-	-	-	-	697
Total	10.028	-	-	-	9.331	697

(i) Trata-se de aplicação em CDB em instituição financeira de grande porte, com remuneração atrelada a 100% do CDI e vencimento em dezembro de 2029.

	2024					
	Valor de custo	Ajuste ao valor de custo	Valor justo	Valor por vencimento		
				Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias
Disponível para Negociação						
Certificado de Depósito Bancário	1.104	-	-	1.104	-	-
Total	1.104	-	-	1.104	-	-

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	Taxa	2025		2024	
		2º Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Títulos Públicos					
Letra Financeira do Tesouro - LFT	SELIC - 100%		420	420	-
Títulos Privados					
Certificado de Depósito Bancário	DI - 100%		58	120	116
Total			478	540	116

6. Operações de Crédito

As receitas provenientes da operação de crédito relacionadas ao crédito rotativo de faturas totalizaram R\$92 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$5 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

a. Composição da carteira de crédito por risco de crédito e provisionamento

	2025				
	Total	Perda Esperada	Perda Incorrida	Perda Adicional	Total da Carteira
Carteira C5					
Ativos Não Problemáticos	160	(16)	-	-	144
Ativos Problemáticos Inadimplidos	179	-	(99)	(6)	74
Total	339	(16)	(99)	(6)	218

Nível	2024		
	Total	Valor da Provisão	Total da Carteira
B	8	-	8
F	1	-	1
G	1	(1)	-
H	4	(4)	-
Total (i)	14	(5)	9

(i) Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Instituição classificou sua operação de crédito conforme critérios dispostos na Resolução nº 2.682 de 22 de dezembro de 1999.

7. Outros Créditos

	2025	2024
Outros créditos	163	39
Tributos a recuperar	129	39
Outros créditos	34	-

8. Outras Obrigações

	2025	2024
Outras obrigações	133	18
Obrigações tributárias	114	2
Credores diversos - país	19	16

9. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Instituição totalizou R\$ 10.005, representado por 10.005.306 (dez milhões, cinco mil, trezentas e seis) ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas e integralizadas. A variação em relação ao exercício anterior decorre de um aumento de capital realizado no segundo semestre de 2025, no montante de R\$ 9.005. Em comparação, no encerramento do exercício de 2024, o Capital Social era de R\$ 1.000, constituído por 1.000.000 de ações ordinárias emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b. Reservas

A reserva legal foi constituída no montante de 5% do lucro líquido, o saldo remanescente do lucro foi destinado para a constituição da reserva de lucros.

10. Despesas administrativas

	2025		2024	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Despesas Administrativas	(22)	(237)	(24)	
Despesas com serviços técnicos	-	(168)	-	
Serviços de processamento de dados	(11)	(29)	(22)	
Outras despesas	(11)	(40)	(2)	

11. Imposto de renda e Contribuição social

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do Lucro Real, e consequentemente a apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica Corrente e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Corrente, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	240	90
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	58	22
Adições/exclusões	(22)	1
Imposto de renda e contribuição social	35	23
Imposto de renda e contribuição social devidos	35	23
Imposto de renda e contribuição social	35	23

12. Passivos fiscais diferidos

	2024	Constituição	Realização	Reconhecimentos em ORA	2025
Aplicações Financeiras Não Resgatadas	-	184	(114)	-	70
Passivos fiscais diferidos	-	184	(114)	-	70

13. Transações com Partes Relacionadas

	2025	2024
Controladora		
Asaas IP (i)	(14)	(14)
Total	(14)	(14)

(i) Saldo referente às despesas pagas pelo Asaas Instituição de Pagamento em nome do Asaas Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

14. Eventos Subsequentes

Entre a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para a publicação das demonstrações financeiras, não houve nenhum evento subsequente que seja necessária a publicação nestas demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

ASAAS SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
CNPJ - 48.786.608/0001-10



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS
ASAAS SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do Asaas Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO

do auditor A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Daniel Naves Martelletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

